

POLÍTICA | **IMPEACHMENT EM MONTENEGRO**

Prefeito é afastado do cargo

CÂMARA DE VEREADORES aprova a cassação do mandato de Azeredo depois de irregularidades na construção de uma ciclofaixa no município

VANESSA KANNENBERG
vanessa.kannenberg@zerohora.com.br

Por oito votos a favor e dois contrários, a Câmara de Vereadores de Montenegro, no Vale do Caí, aprovou ontem o impeachment do prefeito Paulo Azeredo (PDT). O vice-prefeito, Luiz Américo Alves Aldana, que está sem partido, foi empossado no lugar. Em 142 anos, é a primeira vez que o município tem o mandato do chefe do Executivo cassado. Azeredo ficará inelegível por oito anos. Mas ainda pode recorrer da decisão na Justiça.

O processo de impeachment foi aberto por supostas irregularidades na construção de uma ciclovia (*confira quadro*). No domingo, o então prefeito havia ingressado com mandado de segurança sob

o argumento de que não fora intimado sobre a sessão. A Câmara entrou com agravo no Tribunal de Justiça, que foi julgado na madrugada de ontem e conseguiu garantir a realização da sessão.

Para o presidente da Câmara, Márcio Müller (PTB), a sessão foi tranquila, “mais do que a noite anterior”, com a “correria” na Justiça para garantir a votação. Müller confirmou que dois dos três vereadores do PDT do município votaram pelo impeachment do colega de legenda:

– Eles votaram a favor do município, a favor do cumprimento da lei, para o bem da cidade.

O presidente do PDT estadual, deputado federal Pompeo de Mattos, acompanhou a votação em Montenegro. No Twitter, declarou que o impeachment do prefeito é “um absurdo jurídico”.

CONTRAPONTO

O QUE DISSE PAULO AZEREDO

Afirmou que vai “tomar todas as medidas cabíveis” para retomar o cargo, argumentando que as acusações são “falsas” e que o processo de impeachment seria uma jogada com fins políticos:

– Estou tranquilo, porque foi uma ação lícita. A ciclovia estava prevista no orçamento e fazia parte do plano de mobilidade da cidade. Desviamos o percurso para melhorar a ligação dos bairros, mas está tudo dentro da lei.

Ele ainda alegou que estava trabalhando no interior do município quando o agente de Justiça não o encontrou para ser intimado para o julgamento e que isso ocorreu depois do expediente da prefeitura, ou seja, após as 16h30min.

AS RAZÕES DA INTERRUÇÃO DA GESTÃO

Em 26 de fevereiro, um eleitor de Montenegro protocolou denúncia na Câmara, pedindo a abertura de um processo de impeachment contra o prefeito Paulo Azeredo (PDT).

O eleitor justifica que, em janeiro, a prefeitura deu início à implantação de ciclofaixa na pista central da Rua Capitão Cruz, uma das principais vias da cidade, sem respeitar os processos previstos em lei, como realização de projeto técnico e aquisição de materiais sem licitação, nem o plano cicloviário municipal, pelo qual a ciclofaixa não poderia passar pela Capitão Cruz.

Parecer da Câmara indicou a perda de mandato em razão de construção de ciclovia sem parecer do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, sem ter projeto técnico prévio, tampouco responsável técnico pelo projeto/execução da obra devidamente cadastrado no conselho profissional competente, em descumprimento ao plano diretor e em local onde passará a canalização da futura estação de tratamento de esgoto. Além disso, compra de “tartarugas” ou “calotas” mediante indevida dispensa de licitação.



Azeredo em meio a obra que motivou o processo de seu afastamento